

Cotação

- Dólar: R\$ 5,13
- Euro: R\$ 5,87



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Terça-feira • 07 de Julho de 2026

CLIPPING

Efemérides

Hoje	8 de Julho
• Dia Mundial do Chocolate • Dia do Ingresso das Mulheres nas Fileiras da Marinha	• Dia do Panificador

Agenda do dia

Hoje	8 de Julho
• Sem agenda	• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • TV Câmara de Caraguatatuba • Stúdio Web Rádio do Miao • Ligados na Notícia • Diário Caiçara • Notícias das Praias • Litoral Norte Web • Denuncie Aqui • Jornal do Litoral • Boca no Trombone • Band Vale • Fala Caraguá • Ubatuba Times • Rádio Web Litoral Norte • Litoral em Pauta • Jornal Gazeta Popular • Jornal Agora Litoral Norte • Notícias das Praias • Tamoios News • TV Caiçara Litoral • Bom Dia Vanguarda • Link Vanguarda

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Folha de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
Câmara de Caraguatatuba divulga resultado final do concurso público.....	13
O Tribunal de Contas do Estado determinou a paralisação do pregão de R\$10,7 milhões para a compra de cestas básicas destinadas às famílias atendidas pelos CRAS.....	14
🏆👤 Tribunal nega pedido da Prefeitura e Taxa do Lixo continua revogada.....	15
Cotidiano.....	16
Plantão especial permite negociar dívidas pelo Refis durante feriado dos dias 9 e 10 em Caraguatatuba.....	16
👁️ Mistério no céu? Suposto OVNI é registrado sobre Caraguatatuba e vídeo viraliza..	17
😡 Indignado com a derrota, empresário de Caraguá doa todas as camisas da Seleção...	18
Inscrições para eleição da CIPA da Prefeitura de Caraguatatuba começam na próxima sexta-feira.....	19
Hackathon 2026 premia soluções inovadoras para desafios da Educação em Caraguatatuba.....	20
Mutirão “Meu Pai Tem Nome” abre inscrições para reconhecimento de paternidade em Caraguatatuba.....	21
Férias escolares concentram pico de ocorrências envolvendo pipas na rede elétrica....	22
Geral.....	23
Operação Caraguá Segura fiscaliza adegas durante fim de semana e apreende menores e produtos irregulares.....	23
PM prende homem por porte ilegal de arma após interceptar veículo na Rodovia Oswaldo Cruz.....	24
Reportagens de Hoje.....	25
Reportagem no Bom Dia Vanguarda.....	25
Reportagens Passadas.....	26
Reportagem no Link Vanguarda.....	26
06.07.2026.....	26
Reportagem com o presidente da federação paulista de pesca, Paulo Roberto, para a TV Câmara de Caraguatatuba.....	27
06.07.2026.....	28
Reportagem com o gestor do PESM Núcleo de Caraguatatuba, Miguel Nema, para TV Câmara.....	28
06.07.2026.....	29
Reportagem com a professora, Juliana Matheus Gregório Pereira, para a TV Câmara de Caraguatatuba.....	29

06.07.2026.....	30
Reportagem na TV Câmara de Caraguatatuba.....	30
06.07.2026.....	31
Reportagem na TV Câmara de Caraguatatuba.....	31
06.07.2026.....	32
Reportagem na TV Câmara de Caraguatatuba.....	32
Clipping Eletrônico.....	33
Entrevista com o responsável técnico do CCZ, Guilherme Garrido, para a TV Câmara de Caraguatatuba.....	33

Política

Folha de São Paulo

FOLHA105

Itamaraty diz ver risco de EUA usarem força militar no país após reclassificação de PCC e CV

Ministro Mauro Vieira afirma que governo Lula trabalha com mecanismos de cooperação e que gestão tem se manifestado contra a medida

Augusto Tenório

BRASÍLIA O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que há a possibilidade de os Estados Unidos utilizarem forças militares no Brasil. O chefe do Itamaraty diz que essa é uma brecha aberta pelo governo Donald Trump a partir da classificação das facções criminosas CV (Comando Vermelho) e PCC (Primeiro Comando da Capital) como terroristas.

"Há a possibilidade do uso da força militar dos Estados Unidos em território brasileiro", escreveu Mauro Vieira em resposta a um pedido de informações enviado pela Câmara dos Deputados, feito pelo deputado Evair Vieira de Melo (Republicanos-ES).

O ministro de Relações Exteriores afirmou que o reconhecimento das facções como terroristas pode ter "impactos relevantes tanto no plano econômico quanto no da soberania nacional". O diplomata ainda diz que a designação "não trará benefícios concretos para a cooperação internacional" entre os países.

De acordo com o chefe do Itamaraty, ações como troca de informações, apreensão e devolução de ativos e combate à lavagem de dinheiro já são possíveis com a atual legislação dos EUA. Segundo o ministro, essa designação abre espaço para aplicação de medidas administrativas e judiciais unilaterais contra pessoas e empresas fora do país.

O governo Trump reconheceu PCC e Comando Vermelho como terroristas há um mês. A decisão contrariou o governo Lula e ocorreu dias após uma visita do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao presidente dos EUA. O pré-can-



O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, fala a jornalistas na Embaixada do Brasil em Washington Elizabeth Frantz - 7.mai.26/Reuters

didato à Presidência é um defensor da medida.

Segundo Vieira, em momento algum o Brasil foi consultado formalmente pelos EUA para a decisão do governo Trump. O chefe do Itamaraty declarou que se trata de um ato unilateral e enfatizou que o governo brasileiro tem se manifestado contra a medida.

O requerimento de informações do deputado também questiona se o governo tem adotado medidas de cooperação internacional para "o enfrentamento de organizações criminosas de atuação transnacional".

Vieira afirmou que o ministério "tem buscado traduzir no plano diplomático a prioridade atribuída pelo governo brasileiro à segurança pública e ao combate ao crime organizado".

O ministro escreveu que esse esforço "baseia-se no reconhecimento da dimensão transnacio-

nal do crime organizado" e que será impossível superar o problema "sem cooperação" com outros países.

A designação dada pelos EUA criminaliza qualquer tipo de apoio às facções, facilitando também o bloqueio de recursos e isolamento dessas organizações. De acordo com o Departamento de Estado, integrantes destas organizações não podem entrar no país e podem ser expulsos se já estiverem no país.

Além disso, bancos americanos com contas desses membros devem bloquear fundos ligados ao grupo e reportar ao governo.

O Brasil, porém, discorda da denominação, uma vez que no território brasileiro a designação de terrorismo é aplicada para atos violentos motivados por xenofobia, discriminação ou preconceito para provocar terror social generalizado.

Folha de São Paulo

mundo

FOLHA105

TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026 A25

Hamas anuncia saída do governo de Gaza e abre caminho para comitê

Grupo palestino apoiado por Trump se diz pronto para comandar região; para especialistas, facção terrorista deve manter influência no dia a dia do território

Victor Lacombe

SÃO PAULO O grupo terrorista Hamas, que controla a parte da Faixa de Gaza não ocupada por Israel, disse nesta segunda-feira (6) que renunciará ao comando do chamado comitê de emergência que conduz o governo civil do território. A medida abre caminho para que um grupo tecnocrático formado por especialistas palestinos assumam o controle administrativo, ainda que não militar, do território.

Isso estava previsto no plano de paz assinado entre as partes em outubro de 2025 e patrocinado por Donald Trump — assim como o desarmamento do grupo, que, entretanto, ainda não estabeleceu um cronograma para entregar suas armas.

Especialistas ouvidos pela Folha avaliam que a decisão do Hamas tem efeito mais simbólico do que prático. A consequência imediata seria o aumento da pressão sobre Israel para que cumpra sua parte do acordo de paz, como a retirada das tropas do territó-

rio e a entrada de materiais de construção.

"Trata-se de uma manifestação de intenções, cedendo à pressão dos EUA e da comunidade internacional e demonstrando boa vontade em relação ao acordo", diz João Koatz Miragaya, mestre em história pela Universidade de Tel Aviv e assessor do Instituto Brasil Israel. "Suspeito que o Hamas saiba que Israel não vai cumprir com a sua parte — não por livre e espontânea vontade —, o que também influencia a decisão".

Quando o cessar-fogo entrou em vigor, Israel concordou em recuar, mas a primeira fase ainda previa que Tel Aviv controlasse 53% do território palestino. Hoje, soldados israelenses ocupam entre 65% e 77% de Gaza, de acordo com estimativas da ONU e do próprio Hamas, respectivamente. O governo Binyamin Netanyahu diz que os avanços acontecem em resposta a ataques e violações do acordo por parte do grupo terrorista.

Miragaya afirma que, com o fim da primeira fase, o processo encontra-se em um impasse. "Isra-

el diz que o Hamas não cumpre sua parte, por isso avança [sobre Gaza]. O Hamas diz que Israel não permite a entrada de ajuda humanitária e materiais de construção", o que, segundo Tel Aviv, poderia ser usado para reconstruir capacidades militares do grupo terrorista.

"Ninguém na comunidade internacional ou no governo Trump parece interessado em solucionar esse impasse. A decisão [do Hamas de abrir mão do governo] quebra um pouco isso e pressiona Israel, que ainda impede a entrada dos membros da comissão tecnocrática em Gaza", afirma o especialista.

Para o professor de relações internacionais Danny Zahreddine, da PUC Minas, "a questão nevrálgica é o desarmamento do Hamas". "O anúncio da renúncia ao governo civil sem um cronograma de entrega de armas pode criar uma situação parecida com a do Hezbollah no Líbano — um grupo armado que não controla a política [embora participe dela, como partido político], mas

“

Trata-se de uma manifestação de intenções, cedendo à pressão dos EUA e da comunidade internacional e demonstrando boa vontade em relação ao acordo

João Koatz Miragaya, mestre em história pela Universidade de Tel Aviv

pressiona Israel", afirma.

Zahreddine avalia que, dessa forma, o Hamas pode acabar tendo mais liberdade de ação do que antes: "Para Israel e a Autoridade Palestina, quem não quer um rival como o Hamas, essa é uma realidade muito difícil de aceitar".

Segundo ele, a medida pode ser uma tentativa do grupo de conseguir condições mais favoráveis para o seu desarmamento. "O Hamas já concordou com entregar armamento pesado [como artilharia e foguetes], mas não quer entregar armas leves [metralhadoras, pistolas] por uma questão de sobrevivência: há muitos grupos hostis ao Hamas em Gaza, incluindo gangues apoiadas por Israel", afirma o professor.

"De forma pragmática, é necessário, primeiro, que os palestinos assumam o controle das autarquias em Gaza, e, segundo, que o Hamas entregue suas armas, seja ao comitê de tecnocratas, seja à Autoridade Palestina", diz Zahreddine. "Netanyahu, por sua vez, vai manter discursos belicosos porque a guerra lhe convém, porque quer continuar a colonização e ocupação do território palestino".

Para Miragaya, "o Hamas está disposto a entregar a administração civil de Gaza, mas aposta que, mesmo assim, vai continuar controlando quadros técnicos indispensáveis para o funcionamento das instituições. Hoje, os serviços que funcionam em Gaza são operados pelo Hamas".

Folha de São Paulo

A14 TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026

FOLHA105

economia

Setores dos EUA e do Brasil contestam críticas a Pix e pedem exceções a tarifa

Participantes de debates classificam sistema de pagamentos como infraestrutura que reduziu custos e criou oportunidades também para empresas americanas

Isabella Menon

WASHINGTON Representantes de empresas e associações do Brasil e dos Estados Unidos pediram em audiências que a proposta do governo Donald Trump de aplicar uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros não seja implementada.

Americanos e brasileiros também defenderam o Pix, alvo de acusação de favorecimento injusto e discriminatório. Depoentes classificaram o sistema como uma infraestrutura pública que ampliou a concorrência, reduziu custos para consumidores e empresas e criou oportunidades de negócios.

Os debates acontecem nesta segunda (6) e nesta terça (7), promovidos pelo USTR (Escritório do Representante Comercial dos EUA). A ideia é discutir as medidas propostas no âmbito da investigação aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.

A apuração, iniciada há um ano, concluiu que o Brasil adota práticas consideradas discriminatórias e desarrazoadas no comércio com os Estados Unidos. Como consequência, o órgão recomendou a imposição de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros, embora tenha proposto uma extensa lista de exceções.

No primeiro painel, representantes dos setores de arroz, gelatina, sementes, cera de carnaúba e agropecuária afirmaram que as tarifas elevariam custos para consumidores americanos, encareceriam alimentos, medicamentos e insumos agrícolas e desorganizariam cadeias produtivas dos EUA.

O presidente da Sagma (Associação Sul-Americana de Fabricantes de Gelatina), Vinicius Vanzella, afirmou que gelatina, colágeno e derivados são insumos



Consumidor checa aplicativo do Pix em SP. Rubens Cavallari - 6.mar.25/Folhapress



A ideia por trás do Pix foi aumentar a inclusão financeira e promover a concorrência

Melinda St. Louis da Public Citizen, organização americana de defesa do consumidor

25%

é a sobretaxa a produtos brasileiros sugerida pelo USTR à Casa Branca

essenciais para medicamentos, suplementos alimentares e produtos hospitalares e que os EUA não têm capacidade para atender à própria demanda. Segundo ele, o Brasil responde por cerca de metade das importações americanas desses produtos.

Representando a SRB (Sociedade Rural Brasileira), Marcelo Junqueira da Silva contestou as conclusões do relatório do USTR sobre desmatamento ilegal. De acordo com os EUA, o desmatamento permite que o Brasil produza bens com custos artificialmente baixos, prejudicando os produtores norte-americanos.

Conforme Junqueira, a investigação parte de uma interpretação equivocada da legislação ambiental brasileira e ignora sis-

temas de monitoramento por satélite utilizados pelo país.

O segundo painel concentrou o debate na carne bovina, tema que dividiu representantes brasileiros e americanos. Apesar dos pedidos de exceções à medida, algumas entidades americanas defenderam a manutenção ou a ampliação da sobretaxa.

Bill Bullard, da R-CALF USA, e Jenna Stanton, da United States Cattlemen's Association, defenderam que a carne brasileira seja retirada da lista de exceções prevista pelo USTR e passe a ser tarifada. Ambos afirmaram que o aumento das importações prejudica pecuaristas americanos e associaram a produção brasileira ao desmatamento ilegal.

Em resposta, Fernanda Car-

neiro, diretora-adjunta de Relações Internacionais da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), afirmou que a competitividade da agropecuária brasileira decorre do aumento da produtividade, não da expansão da fronteira agrícola.

Na audiência sobre o Pix, nenhum dos participantes endossou a tese de que o sistema de pagamentos instantâneo prejudica empresas americanas.

"A ideia por trás do Pix foi aumentar a inclusão financeira e promover a concorrência", afirmou Melinda St. Louis, da Public Citizen, organização americana de defesa do consumidor. Segundo ela, o sistema de transações é uma infraestrutura pública digital, comparável à rede viária, à rede elétrica e até à moeda emitida pelo Estado, não uma empresa privada que concorre diretamente com companhias americanas.

Vinicius Nunes Pinto, que participou da implementação do Pix e hoje trabalha no setor de tecnologia nos Estados Unidos, reiterou a interpretação do sistema como uma infraestrutura e disse que a digitalização do mercado brasileiro permitiu que milhões de consumidores passassem a utilizar serviços de empresas americanas de streaming, comércio eletrônico, transporte e tecnologia.

Pinto também defendeu cooperação entre os dois países na área de pagamentos digitais e sugeriu futura integração entre o Pix e o FedNow, sistema de pagamentos instantâneos do Federal Reserve.

Na visão dele, a interoperabilidade entre os dois sistemas reduziria custos e facilitaria transações comerciais entre empresas americanas e brasileiras. O economista Gustavo Pessoa também contestou o uso do Pix como fundamento para uma disputa comercial.

Segundo Pessoa, o fato de o Banco Central operar sistema de pagamentos pode suscitar debates sobre governança, mas não justifica a adoção de tarifas. Ele propôs que Brasil e EUA estabeleçam critérios comuns para avaliar sistemas públicos de pagamento e aprofundem o diálogo sobre infraestrutura financeira em vez de recorrer a medidas comerciais.

Folha de São Paulo

economia

FOLHA105

TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026

A12



Sede da Previdência, em Brasília; atualmente, teto está em 1,85% ao mês e é definido por conselho Gabriela Bili - 14.abr.23/Folhapress

Governo quer regra automática para mudar juros do consignado do INSS

Ideia é avançar no debate até o fim do ano; cálculo mais provável para teto acompanharia trajetória da Selic a fim de dar mais previsibilidade a beneficiários e instituições financeiras

Idiana Tomazelli

BRÁSILIA O Ministério da Previdência Social pretende adotar uma regra automática para mudanças no limite de juros cobrados no empréstimo consignado para aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Hoje, a taxa máxima é uma decisão discricionária que cabe ao CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social), órgão colegiado do composto por representantes do governo federal, de aposentados e pensionistas, dos trabalhadores em atividade e dos empregadores.

A ideia é criar um modelo que dê mais previsibilidade aos beneficiários e às instituições financeiras. De um lado, os aposentados e pensionistas poderiam se beneficiar mais rápido de uma queda dos juros. De outro, os bancos teriam espaço para aumentar a taxa em momentos de maior custo do crédito, sem risco de interromper as concessões.

Segundo um técnico ouvido pela reportagem, o modelo continua em estudo, mas a fórmula mais provável é uma ponderação entre a taxa Selic e a taxa DI (depósito interbancário) com prazo de dois anos. A avaliação é que essa composição serve de termômetro do custo de captação dos bancos. Com base nessa composição, o cálculo deve prever uma proporção de referência para o teto do juro do consignado do INSS.

O ministro Wolney Queiroz (Previdência Social) confirmou à **Folha** a intenção de adotar a fórmula automatizada. "Se encontrarmos uma equação que seja transparente e boa para todo o mundo, poderemos adotá-la".

A ideia dos técnicos é avançar nesse debate até o fim deste ano. No entanto, como a discussão ainda é incipiente, é pouco provável que o modelo esteja finalizado a tempo da reunião do CNPS, programada para 28 de julho.

Paralelamente, o ministro pretende provocar a área técnica a avaliar a possibilidade de reduzir o limite atual dos empréstimos consignados, que está em 1,85% ao mês. A medida foi antecipada ao jornal *Valor Econômico* e confirmada à *Folha* pelo ministro.

"Não temos a taxa que será proposta. O fluxo é o seguinte: a equipe técnica é instada a elaborar um cálculo de atualização da taxa, para mais ou para menos — nesse caso, para menos. A metodologia é exposta no CNPS, há um debate e uma votação", disse. Segundo ele, o pedido formal à área técnica será feito ainda nesta semana, para que o assunto seja votado na reunião do conselho no fim do mês.

O teto de 1,85% ao mês está em vigor desde o fim de março de 2025, quando o conselho decidiu aumentar o limite. Dias antes, o Copom (Comitê de Política Monetária) havia elevado a Selic de 13,25% para 14,25% ao ano.

Antes, a cobrança máxima estava em 1,80% ao mês, conforme decisão de janeiro de 2025, e os bancos já pleiteavam um aumento para 2% ao mês na modalidade com desconto em folha, a mais popular. Na ocasião, a Selic havia subido de 12,25% para 13,25% ao ano.

Agora, a Selic está em trajetória de queda. Após alcançar 15% ao ano, patamar no qual permaneceu até março de 2026, ela já foi reduzida três vezes e está atual-

mente em 14,25% ao ano.

Queiroz reconheceu que, mesmo com o pedido para revisar a taxa máxima do consignado do INSS, a área técnica pode concluir que não há espaço para cortes. "A conclusão também pode ser essa, de que não atingiu o patamar anterior", afirmou.

Efeito contrário

Segundo um técnico, o ministro quer trazer o tema dos juros de volta à pauta, mas ainda não se sabe se haverá espaço para redução. O cálculo precisa ser feito com precisão para evitar prejudicar os próprios aposentados. Uma taxa artificialmente baixa acaba afastando as instituições e restringindo a oferta de crédito.

No início do atual governo Lula (PT), em 2023, o então ministro da Previdência, Carlos Lupi, comandou a decisão de cortar o teto de juros do consignado para aposentados. A taxa máxima caiu de 2,14% para 1,70% ao mês. Bancos como Bradesco, Itaú, Pan, Banco Mercantil do Brasil, C6 Bank e Daycoval reagiram suspendendo a concessão da modalidade. Até mesmo instituições públicas como Caixa e Banco do Brasil interromperam as operações temporariamente.

O empréstimo só voltou a ser oferecido após Lula interceder pela elevação. A taxa máxima então subiu para 1,97% ao mês.

Do início de 2023 até maio de 2024, o teto foi reduzido diversas vezes, até alcançar 1,66% ao mês, acompanhando a trajetória de redução da Selic no período.

A partir de setembro de 2024, porém, o Copom voltou a aumentar os juros, sem que houvesse ajuste no limite do consignado



Taxas variam de 1,47% a 4,98% ao mês, diz Procon

O consumidor que pretende contratar empréstimo consignado pode encontrar taxas máximas de juros que variam de 1,47% a 4,98% ao mês, dependendo do banco e do perfil do cliente, segundo levantamento divulgado pelo Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo).

A pesquisa comparou as taxas máximas praticadas por Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú, Safra e Santander para aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos federais, estaduais e municipais e trabalhadores com carteira assinada.

As taxas para o consignado CLT são as mais altas. Servidores federais e aposentados e pensionistas do INSS aparecem com as menores. Segundo especialistas, a principal explicação para a diferença é o risco de inadimplência. Aposentados e pensionistas recebem benefícios de forma contínua, e servidores públicos têm maior estabilidade.

do INSS. No fim daquele ano, alguns bancos voltaram a suspender operações até que houvesse revisão dos valores, no início de 2025.

As instituições financeiras defendiam na CNPS que o novo teto fosse atrelado aos juros futuros, que precificam quanto os bancos pagam por aquele dinheiro que estão emprestando.

"Agora, que Selic voltou a descer, o governo retoma essa pauta, mas falta tecnicidade. Não foram apresentados dados e estudos para embasar esse critério. O custo de captação não reflete a Selic, e sim o DI de dois anos", diz Ricardo Andreassa, diretor técnico de crédito consignado da ABBC (Associação Brasileira de Bancos).

A maior parte dos associados financia esse empréstimo com CDBs (Certificado de Depósito Bancário) com vencimento em dois anos. Para calcular o custo da operação, os bancos utilizam a rentabilidade do CDB em relação à projeção para a Selic (DI) nos próximos dois anos.

Segundo Andreassa, o custo está em 120% do DI com vencimento em dois anos, que está a 14%. Assim, o custo para o banco é 16,8%, não os 14,25% da taxa Selic atual.

"Isso mostra que Selic não é o melhor indicador, mas não conseguimos avançar com o governo com essa metodologia, apesar de apresentarmos diversas vezes no CNPS", diz o executivo.

Se o teto fica abaixo do custo de captação, a operação se torna financeiramente inviável para os bancos, especialmente os menores, que pagam mais por seus CDBs.

"Em um primeiro momento, pode parecer bom para os aposentados, mas essa redução artificial vai reduzir a oferta dessa linha, especialmente para os mais velhos e para aqueles que pegam empréstimo recursos menores. Eles vão acabar desassistidos da linha de crédito mais barata que existe", completa Andreassa.

Procurada, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) diz que mantém interlocução com o Ministério da Previdência sobre o teto de juros do consignado INSS e também defende que a revisão esteja "alinhada à estrutura de custos efetivos da operação", o que consideraria, além da Selic, os custos de captação, distribuição e operacionais, os riscos do empréstimo e tributos.

"Os estudos técnicos da Febraban apontam que a referência mais adequada para acompanhar o custo de funding [captação] é a curva futura de juros compatível com o prazo das operações, não apenas a Selic corrente", afirma a entidade, em nota.

A Febraban também defende a manutenção da modalidade de crédito e diz que seus levantamentos indicam que parcela relevante dos tomadores utiliza o recurso para o pagamento de dívidas, despesas médicas, alimentação e outras necessidades básicas.

Em maio, os empréstimos pela modalidade somavam R\$ 281 bilhões, segundo dados do Banco Central. Já a taxa de juros era de, em média, 1,82% ao mês.

Colaborou Julia Moura, de São Paulo

Folha de São Paulo

A10 TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026

FOLHA105

política

Líder de Lula no Senado diz que direita erra ao priorizar impeachment no STF

Teresa Leitão, substituta de Jaques Wagner, afirma que redução da jornada será trunfo eleitoral mesmo se não for aprovada e que antecessor se dedicará à sua defesa

BRASÍLIA A nova líder do governo Lula no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), afirma que a direita dará "um tiro no pé" ao apostar no impeachment de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) na campanha para o Senado neste ano e que o fim da escala 6x1 será um trunfo eleitoral para os candidatos de esquerda, mesmo se a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) não for aprovada antes das eleições.

"A direita vai dar um tiro no pé ao dizer que quer se eleger para fazer impeachment de ministros. O que é que o povão sabe disso? O povão sabe da PEC, 80% sabem da PEC, sabem o que é que ela vai mudar na sua vida", afirma Teresa Leitão em entrevista à Folha. "Cinegrafista, diarista, maquiador, esse povo de serviços, tá todo mundo me perguntando quando é que essa PEC vai ser votada. Ela pegou no imaginário."

Segundo pesquisa Datafolha de maio, 71% dizem ser favoráveis à redução da jornada. A direita bolsonarista tem destacado a campanha ao Senado pelo fato de a Casa decidir o impeachment de ministros do Supremo, tribunal que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado.

Ela afirma que tem "resistido muito a fazer esse apelo eleitoral" e que deseja separar o debate em torno da redução da jornada da disputa eleitoral, mas reconhece que o tema é sensível e será abordado na campanha independentemente do resultado. "Ela serve aprovada ou não, serve de mérito para quem aprovou. Quem não aprovou vai ser listado por quem quer aprovar", disse Teresa Leitão.



A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), em seu gabinete. Gabriela Bilo/Folhapress

No Planalto, a avaliação é a mesma que a da senadora. Interlocutores do presidente Lula dizem acreditar que se o Senado segurar a PEC do fim da 6x1, o PT poderá reeditar a campanha "Congresso inimigo do povo".

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), tem dito a aliados que não paulará o fim da escala 6x1 até conversar com Lula. Eles estão afastados desde a rejeição da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao STF.

A nova líder do governo diz que ainda não há previsão de reunião entre Lula e Alcolumbre. Ela ressalta que a relação institucional nunca foi rompida e que o presidente do Senado tem linha direta com qualquer ministro do governo. Já um encontro pessoal ainda está sendo avaliado. "Se isso for necessário, acho que a gente

precisa construir, mas eu ainda estou avaliando como é que vou atuar nessa linha."

Alcolumbre não antecipou qual o teor da conversa que deseja ter com Lula, segundo a petista, que assumiu a função no lugar de Jaques Wagner (PT-BA), após o senador ser alvo de operação da PF (Polícia Federal) por suspeitas de receber favores dos então donos do Banco Master, como ingressos para shows, caronas em jatinhos e um apartamento de R\$ 2,5 milhões, para atuar nas pautas de interesse do banco.

Questionada se o presidente do Senado poderia tratar da investigação do escândalo do Master, após reclamar publicamente no plenário de se sentir perseguido, ela diz que esse assunto não prosperaria numa conversa com Lula.

"Ele [Alcolumbre] sabe como é que a Polícia Federal atua. Quan-

do ele disse isso [que estaria sendo perseguido], uma semana depois a vítima foi Jaques. Então não é coisa de governo. O governo atuar contra o seu próprio líder?", diz Teresa.

"Isso é uma conduta histórica do PT, nós queremos que a investigação prospere", afirma.

A nova líder do governo diz que "muita gente lamentou" a saída de seu antecessor na função, pelo perfil conciliador e pela longa experiência política de Jaques Wagner, mas que o afastamento foi para que ele possa se defender.

"Ele tem obrigação com ele próprio, com a história dele", afirma a petista. O senador tem rejeitado as acusações contra ele e dito que, na verdade, atuou contra os interesses do Banco Master no Congresso Nacional.

Teresa afirma que deixará a discussão sobre o Master para a campanha eleitoral e que o assunto está atualmente fora da pauta do Legislativo. "Tem três pedidos de CPI do Banco Master. Todos nós do PT assinamos. Mas não tem CPI, então acho que em relação a isso, está entregue à Justiça. Vai ter debate político? Vai. Vamos evitar que ele se dê aqui [no Congresso]. Mas na campanha ele vai se dar, é evidente."

Sobre o impacto para a campanha de Lula, a senadora adota a estratégia do PT de tachar a fraude financeira como uma crise gestada pelo governo Bolsonaro (PL). "Sempre é bom lembrar: o Banco Master e Vercoraro têm um nascedouro, e esse nascedouro é o [governo] Bolsonaro. Tem vídeos, conversas telefônicas, contatos, mensagens de Vercoraro e Flávio Bolsonaro", diz.

A líder afirma que Lula pediu que, além da PEC 6x1, ela trabalhe pela aprovação de outras duas propostas consideradas prioritárias. A PEC da Segurança Pública, que dá mais competência a governo federal para atuar nessa área, e o projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Ambas, no entanto, estão menos avançadas, admitiu a parlamentar.

Augusto Tenório e Raphael Di Cunto



A direita vai dar um tiro no pé ao dizer que quer se eleger para fazer impeachment de ministros. O que é que o povão sabe disso? O povão sabe da PEC, 80% sabem da PEC, sabem o que é que ela vai mudar na sua vida

Teresa Leitão
líder do governo no Senado

Folha de São Paulo

A8 TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026

FOLHA105

política

Aliados de Flávio temem que Michelle e Mendonça atuem de forma conjunta

Ministro relator do caso 'Dark Horse' é amigo de madrastra e eventuais decisões contra senador podem dar munção à ex-primeira-dama em meio à briga pública com enteado

Luísa Martins

BRASÍLIA A escolha do ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), como relator das investigações sobre o caso "Dark Horse" coloca o magistrado como peça-chave no embate entre a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, de quem é amigo, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), com quem não tem relação de proximidade.

O inquérito para apurar os repasses do empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, ao filme ainda não foi formalmente aberto, mas Mendonça disse a auxiliares que não vai aliviar para Flávio caso veja elementos suficientes para autorizar uma operação policial — o que pode dar munção para Michelle na campanha de descrédito contra o enteado.

Aliados de Flávio manifestam desconfiança com uma possível ação coordenada de Mendonça com Michelle para prejudicar o senador. O ministro, contudo, diz a pessoas do seu entorno que suas decisões vão sempre ter como base as evidências juntadas aos autos pela PF (Polícia Federal), independentemente de ideologias ou preferências pessoais.

Michelle e Flávio travam uma briga pública com origem em divergências sobre as alianças do PL nas eleições para o Governo do Ceará. O auge do atrito ocorreu em 24 de junho, quando ela publicou nas redes sociais vídeos em que acusa o senador de desrespeitá-la e de maltratá-la.



André Mendonça, abraça a então primeira-dama Michelle Bolsonaro após ter sua indicação para o Supremo Tribunal Federal aprovada pelo Senado
1º dez. 21 - Reprodução Michelle Bolsonaro no Instagram

Aliados do filho mais velho de Bolsonaro afirmam que a ex-primeira-dama tem atuado para minar a pré-candidatura de Flávio, sinalizando que sabe de informações capazes de abalar a reputação do enteado. Segundo três magistrados, eventuais decisões de Mendonça contra o senador podem reforçar essa narrativa.

Dois desses ministros avaliam que esse será o grande teste de Mendonça desde que tomou posse, em 2021 — indicado pelo então presidente Jair Bolsonaro. Para esses integrantes do tribunal,

a proximidade do relator com a família coloca sob escrutínio público o rigor que ele prometeu adotar para os casos do Master.

A interlocutores o relator diz que não tem relação com Flávio que possa colocar em xeque a sua imparcialidade, ao mesmo tempo em que admite ser amigo de Michelle. Apesar disso, Mendonça rechaça a possibilidade de que os atritos familiares possam interferir nas suas ordens judiciais.

A amizade com a ex-primeira-dama começou no início do governo Bolsonaro, quando ele era

advogado-geral da União. Evangélicos, ambos se aproximaram em razão da religião. Ela teve um papel fundamental na indicação do ministro para o Supremo. Flávio, por exemplo, defendia o nome do ex-procurador-geral Augusto Aras para a vaga.

A instauração de um inquérito contra Flávio no STF ainda depende de um requerimento formal da PGR (Procuradoria-Geral da República). Na semana passada, Mendonça solicitou o parecer do órgão sobre os rumos do pedido de investigação feito pelo deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), mas a manifestação não tem prazo para ser enviada.

Flávio pediu dinheiro a Vercaro para financiar o filme que conta a trajetória do pai. O ex-banqueiro chegou a pagar R\$ 61 milhões para a produção de "Dark Horse", mas um áudio divulgado pelo site The Intercept Brasil mostra o senador cobrando mais recursos para finalizar o longa-metragem.

A suspeita é de que os valores tenham origem nas fraudes financeiras perpetradas pelo Master e que levaram à prisão preventiva de Vercaro. Além disso, a PF suspeita que o dinheiro tenha sido usado para financiar as despesas do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos, como mostrou a Folha.

Flávio e Eduardo negam irregularidades. O senador disse que só tratou com Vercaro para conseguir angariar recursos para o filme e que omitiu essa informação de aliados devido a uma cláusula de confidencialidade. Já o ex-deputado afirmou que a suspeita da PF sobre ele é "tosca".

Auxiliares de Mendonça admitem que as investigações vão invadir a campanha eleitoral e inevitavelmente levar o ministro a proferir decisões com potencial de embaralhar o xadrez político. Deputados e senadores também atribuem ao magistrado um papel decisivo no pleito de outubro.

Folha de São Paulo

FOLHA105

TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026

A6

Marina Silva e Simone Tebet lideram disputa pelo Senado em São Paulo, diz Datafolha

Pré-candidatas da Rede e do PSB têm 18% e 16%, respectivamente; na espontânea, 81% dos eleitores dizem não saber em quem vão votar

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO A disputa para o Senado em São Paulo está embalada com Marina Silva (Rede) numericamente à frente, mas empatada tecnicamente com Simone Tebet (PSB), que, por sua vez, tem empate técnico com Ricardo Salles (Novo), mostra nova pesquisa Datafolha.

Marina aparece com 18% das intenções de voto, Tebet com 16% e Salles, com 13%. O deputado federal é seguido por outros representantes da direita, o deputado estadual André do Prado (PL), com 11%, e o deputado federal Guilherme Derrite (PP), com 10%.

O deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade) tem 8%. Outros 17% dos eleitores afirmaram que votariam em branco, nulo ou em nenhum candidato, enquanto 7% não souberam responder.

O cenário estimulado aceitou a indicação de até dois nomes por respondente, uma vez que, nas eleições de 2026, o eleitor votará em dois candidatos para o Senado Federal.

O levantamento foi realizado de 1º a 3 de julho. Foram feitas 1.608 entrevistas no estado de São Paulo, distribuídas em 71 municípios, com a população de 16 anos ou mais. A margem de erro máxima para o total da amostra é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no TSE sob os números SP 01703/2026 e BR 06481/2026.

Além do empate técnico visto entre os pré-candidatos que estão na dianteira, a distância de 10 pontos percentuais entre o mais citado, Marina Silva, e o menos citado, Paulinho da Força, mostra a disputa acirrada para as vagas no Senado em São Paulo.

Na pesquisa espontânea, quando os nomes não são apresentados aos respondentes, 81% dizem não saber em quem votar. Nesse cenário, ficam à frente, com 3% das menções, Tebet e Derrite, seguidos por Marina e um "candidato do PT", com 2% cada. André do Prado e Salles aparecem com 1%.

Para o cientista político Elias Tavares, o resultado da pesquisa mostra significativa indefinição do eleitorado, com a disputa ainda pouco consolidada, em um cenário no qual figuras de projeção nacional, como Marina e Tebet, levam vantagem inicial.

"Elas já disputaram a Presidência da República, são nomes conhecidos pelo eleitor brasileiro e permanecem no imaginário. Isso ajuda a explicar por que aparecem mais bem posicionadas." Outro ponto a considerar, afirma, é

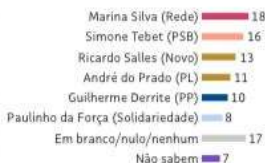
Intenção espontânea para senador de São Paulo

Resposta espontânea e múltipla, em %



Intenção de voto para ocupar as duas vagas do Senado por SP*

Resposta estimulada e até duas, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente com 1.608 pessoas de 16 anos ou mais no Estado de São Paulo entre os dias 1º e 3 de julho, margem de erro de 2 p.p., para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

que ambas são lidas como mais moderadas, dialogando com diferentes segmentos do eleitorado.

Marina Silva e Simone Tebet deixaram, respectivamente, os ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento do governo Lula (PT) para concorrer nas eleições de 2026.

No cenário estimulado, elas são as pré-candidatas que têm melhor desempenho entre aquelas que avaliam como ótimo ou bom o presidente (Marina com 30% das intenções de voto nesse segmento e Tebet, 25%). O desempenho é similar entre aquelas que consideram ruim ou péssima a gestão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Nesse caso, Marina tem 27% e Tebet, 25%.

Na outra direção, André do Prado se sai numericamente melhor, com 18%, entre aquelas que acham ruim ou péssima a gestão do petista, seguido por Salles, com 17%. Prado também marca 18% em quem acha ótimo ou bom o trabalho do governador, seguido por Salles (16%), ex-ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro.

Guilherme Derrite, ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo na gestão Tarcísio, fica na faixa de 15% nos dois cenários. Candidato de Tarcísio para o Senado, assim como André do Prado, ele aposta em ser alavancado pelo governador, que está na frente da corrida para o Executivo do estado.

Segundo o Datafolha, Tarcísio lidera a disputa com 46% das intenções de voto, frente a 30% do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), que fica na segunda posição.

"Historicamente, governadores competitivos costumam ajudar seus candidatos a senador, deputado federal e estadual. Isso não é uma transferência automática, mas existe um efeito político importante de associação de imagem, estrutura de campanha e apoio territorial", afirma Elias Tavares.

Para ele, Derrite tem a seu favor a pauta da segurança pública, que costuma ter apelo significativo junto ao eleitor paulista. "Já André do Prado reúne uma estrutura política robusta, especialmente no interior do estado e entre prefeitos."

Apesar disso, o cientista político afirma ser importante colocar no cálculo o fato de, nesse pleito, o eleitor escolher dois nomes, o que, segundo ele, reduz a lógica do voto puramente de chapa.

"Um eleitor pode apoiar Tarcísio para governador e, ao mesmo tempo, distribuir seus votos para o Senado entre candidatos de perfis distintos. Nesse aspecto, as candidaturas da Marina e da Simone podem ser particularmente competitivas, porque são nomes que ultrapassam fronteiras ideológicas mais rígidas e podem atrair eleitores de centro, centro-direita e até de setores mais conservadores", diz Tavares.

O Estado de São Paulo

A8



POLÍTICA

TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2026
O ESTADO DE S. PAULO

Poderes

Governo paga recorde de R\$ 34 bi em emendas parlamentares antes da eleição

— Valor supera tudo o que a gestão Lula desembolsou com investimentos do PAC no ano; Planalto afirma que repasses seguiram a legislação e determinações do Supremo

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pagou R\$ 33,89 bilhões em emendas parlamentares em 2026 até o dia 4 de julho. É o maior valor da história em um período pré-eleitoral e supera tudo o que foi repassado no ano de 2022 inteiro, na última eleição presidencial.

Procurada, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República afirmou que a "execução de recursos orçamentários é feita de acordo com a legislação e as determinações do Supremo Tribunal Federal, observadas a aprovação técnica das propostas pelos órgãos responsáveis pela sua execução, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira".

O valor supera todos os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) pagos no mesmo período (R\$ 19,65 bilhões) e representa um quarto de tudo que o governo federal gastou com despesas livres do Orçamento. Os dados são do Siga Brasil, sistema mantido pelo Senado.

No dia 4 de julho começou o chamado defeso eleitoral — período de três meses antes da eleição em que a legislação proíbe o pagamento de emendas e outras transferências voluntárias da União para não afetar a igualdade entre os candidatos. A exceção é para obras em andamento e situações de calamidade.

Pelo menos R\$ 24,5 bilhões foram pagos sem a conclusão de projetos e obras, e o dinheiro poderá ser gasto em plena campanha eleitoral. Isso ocorre porque, desde o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Executivo começou a repassar a verba de forma antecipada, distorcendo a legislação eleitoral.

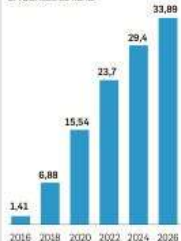
Em 2019, o Congresso criou a emenda Pix. A verba de interesse dos parlamentares passou a ser enviada a Estados e municípios antes do início de qualquer projeto, com menos transparência. Em 2024, o Congresso passou a aprovar o pagamento antecipado de outros tipos de repasses até R\$ 1,5 milhão que

RECURSOS

Defeso eleitoral começou dia 4; lei veta pagamento de emendas 3 meses antes do pleito

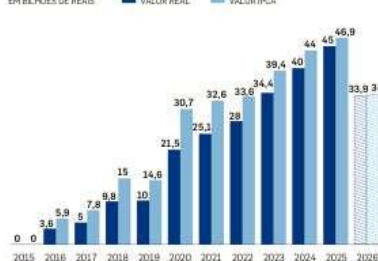
Emendas pagas antes das eleições*

EM BILHÕES DE REAIS



Total pago por ano**

EM BILHÕES DE REAIS



*VALORES PAGOS ATÉ O INÍCIO DO DEFESO ELEITORAL DE CADA ANO. **EM 2026, VALORES PAGOS ATÉ 04/07/2026. INCLUI RESTOS A PAGAR PAGOS. DADOS VISUALIZADOS EM 06/07/2026. FONTE: SIGA BRASIL/SENADO FEDERAL. (INFOGRAFIA: ESTADO)

correspondem a 90% do total.

Em 2026, o Legislativo impôs um calendário para pagamento prioritário de emendas no primeiro semestre do ano, com sanção de Lula. O Congresso havia exigido que o governo mirasse o centro da meta fiscal ao executar o Orçamento, o que exigiria um corte maior de gastos, e o calendário foi uma barganha para liberar o Executivo a mirar o piso da meta e gastar mais.

TRANSFERÊNCIAS. Com essas três mudanças, todo o processo orçamentário foi cercado e facilitou as transferências antes das eleições, permitindo que os valores sejam gastos pe-

las prefeituras e governos estaduais durante a campanha.

"Na média, um parlamentar pode ter R\$ 80 milhões em emendas por ano. Só de as emendas existirem do jeito que estão hoje, (isso) já cria uma desproporção entre um candidato no cargo e um candidato novo. Oferecer as emendas antes do período eleitoral é mais uma vantagem para ele. A lei eleitoral continua, mas fica enfraquecida", disse Bruno Bondarovsky, pesquisador associado da PUC-Rio e idealizador da Central das Emendas, ferramenta de acompanhamento dos recursos.

Para o especialista, as emendas, como funcionam atualmente, distanciam os parlamentares do papel de propor leis e fiscalizar o Executivo para um trabalho focado em mandar emendas individuais a seus redutos eleitorais. "O Legislativo que interfere diretamente no Orçamento não cumpre o papel de legislar e fiscalizar o Executivo. A prioridade não deve ser discutir quem fica com o dinheiro, mas qual mecanismo faz o Brasil avançar. Esse não faz."

DEFESO ELEITORAL. A fatura pode aumentar ainda mais. Em maio, o Congresso derrubou um veto de Lula à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e liberou o pagamento de

emendas e doações no meio da campanha, durante o defeso eleitoral. Os técnicos do governo entendem, no entanto, que a lei eleitoral é superior e cada caso deve ser analisado.

De tudo o que foi pago em 2026, R\$ 18,55 bilhões são de emendas individuais (indicadas por todos os deputados e senadores); R\$ 7,68 bilhões são de emendas de comissão

Crítica
Para especialista, emendas distanciam os parlamentares do papel de fiscalizar o Executivo

(aprovadas pelas comissões da Câmara e do Senado), herdeiras do orçamento secreto; e R\$ 7,28 bilhões são de emendas de bancada estadual (apadrinhadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado).

SOBRAS. Há, ainda, R\$ 386 milhões do extinto orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As sobras são recursos liberados no governo Bolsonaro que ainda não haviam sido quitados financeiramente.

A Comissão de Saúde da Câmara lidera as emendas pagas neste ano. Foram R\$ 3,6 bi-

lhões repassados a pedido dos parlamentares. Em seguida, aparece a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, também por causa das emendas na Saúde, com R\$ 1,8 bilhão.

Internamente, quem comanda o apadrinhamento desses recursos são os presidentes das Casas, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O parlamentar que teve mais emendas pagas foi o senador Weverton Rocha (PDT-MA), com R\$ 88,85 milhões. Aliado do governo Lula, ele relatou a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo — a escolha foi rejeitada pelo Senado — e é pré-candidato à reeleição em outubro.

No fim do ano passado, Weverton foi alvo de busca e apreensão na quinta fase da Operação Sem Desconto, que investiga desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele também viajou aos Estados Unidos com o advogado e empresário Willer Tomaz, em um jatinho particular administrado por empresa que tinha o banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master, como um dos sócios.

JUSTIFICATIVAS. "Me orgulho de ser um senador que corre atrás de investimentos para o meu Estado e, por isso, já consegui enviar recursos para os 217 municípios maranhenses", disse Weverton ao Estadão. Segundo ele, os recursos garantiram o funcionamento dos três hospitais de combate ao câncer do Maranhão, além dos centros de diagnósticos, outros hospitais e postos de saúde. "Esses recursos, que são de execução obrigatória e felizmente chegaram, estão ajudando a população do meu Estado."

Em seguida, na lista de emendas pagas, aparece o senador Carlos Fávaro (PSD-MT), ex-ministro da Agricultura e pré-candidato à reeleição, com R\$ 74,5 milhões. Individualmente, senadores têm acesso a mais emendas que deputados. A assessoria de Fávaro afirmou que todo o recurso está "muito bem aplicado em obras e ações a favor da população mato-grossense".

O Estado de São Paulo

Penduricalhos

STF pede explicação a presidentes de TJs e ameaça com destituição

Tribunais de seis Estados e do Distrito Federal terão de esclarecer pagamentos em desconformidade com decisão da Corte

WESLEY GALZO
BRASÍLIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino determinaram ontem que os presidentes de Tribunais de Justiça de seis Estados e do Distrito Federal prestem informações detalhadas até amanhã sobre os pagamentos de penduricalhos de forma irregular, sob pena de afastamento das presidências das respectivas instituições.

A ordem foi direcionada aos tribunais de Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia. Segundo reportagem publicada pela *Folha de S.Paulo*, essas unidades violaram a decisão do STF que limitou os pagamentos de verbas remuneratórias e indenizatórias a 70% do teto do funcionalismo público, o que equivaleria a cerca de R\$ 78 mil.

Os despachos de Dino, Zanin e Moraes foram idênticos ao requisitarem as informações, mas com a diferença de que Dino foi mais incisivo ao

mencionar a possibilidade de destituição dos presidentes dos Tribunais de Justiça que violassem as regras definidas pelo Supremo.

“A configuração de qualquer tipo de descumprimento às determinações do STF, quanto aos limites estabelecidos, poderá ensejar afastamento do cargo e promoção da responsabilidade penal, civil e disciplinar”, escreveu Dino.

Essas Cortes, no entanto, teriam pago valores superiores a R\$ 400 mil a alguns juízes em maio. Moraes exige que as chefias dos TJs detalhem os valores e verbas pagos a cada magistrado da ativa e aposentado, bem como aos pensionistas, nos meses de abril, maio, junho e julho deste ano. As informações deverão ser prestadas de forma individualizada e com comprovantes dos pagamentos realizados.

Em outro movimento que contrariou a decisão do STF que limitou o pagamento de

“Qualquer tipo de descumprimento às determinações do STF poderá ensejar afastamento do cargo e promoção da responsabilidade penal, civil e disciplinar”

Flávio Dino
Ministro do STF

penduricalhos, o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, autorizou os tribunais de todo o País a pagarem valores retroativos recebidos pelo Adicional por Tempo de Serviço (ATS). O movimento foi revelado pelo *Estadão*.

O ATS é um benefício que concede aumento de 5% no salário a cada cinco anos de trabalho, limitado a 35%. Ocorre que a decisão foi dada antes que o Supremo encerrasse o julgamento da questão e num momento em que este tipo de medida estava proibida.

Campbell justificou a decisão sob o argumento de que ela asseguraria “a saúde financeira e a previsibilidade orçamentária dos tribunais, sem prejuízo do direito adquirido dos magistrados”.

CONTRAMÃO. Há uma semana, em um movimento distinto do de ontem, por unanimidade, o Supremo concluiu o julgamento que liberou o pagamento de parte dos penduricalhos a magistrados e membros do Ministério Público (MPs). Esses benefícios são verbas indenizatórias pagas além da remuneração formal e que, em alguns casos, ultrapassam o teto do funcionalismo público, atualmente no valor de R\$ 46.366,19. ●

Veículos

Stúdio Web Rádio do Miao

Ligados na Notícia

Diário Caiçara

Notícias das Praias

Litoral Norte Web



Câmara de Caraguatatuba divulga resultado final do concurso público

A Câmara Municipal de Caraguatatuba publicou nesta segunda-feira (06), no Diário Oficial do Legislativo, o resultado final do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de servidores da Casa de Leis. A publicação encerra mais uma importante etapa do certame, que atraiu milhares de candidatos de Caraguatatuba e de diversas cidades do Estado de São Paulo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Ligados na Notícia



O Tribunal de Contas do Estado determinou a paralisação do pregão de R\$10,7 milhões para a compra de cestas básicas destinadas às famílias atendidas pelos CRAS.

Segundo o Tribunal, o edital apresenta questionamentos sobre possíveis exigências restritivas que podem ter comprometido a ampla concorrência entre as empresas participantes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Denuncie Aqui

Jornal do Litoral

Boca no Trombone

Band Vale



Tribunal nega pedido da Prefeitura e Taxa do Lixo continua revogada

O Tribunal de Justiça de São Paulo negou o pedido de liminar apresentado pela Prefeitura de Caraguatatuba que buscava suspender imediatamente a lei aprovada pela Câmara Municipal que revogou a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos (TMRSU), conhecida como Taxa do Lixo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículos

Diário Caiçara
Fala Caraguá
Ubatuba Times

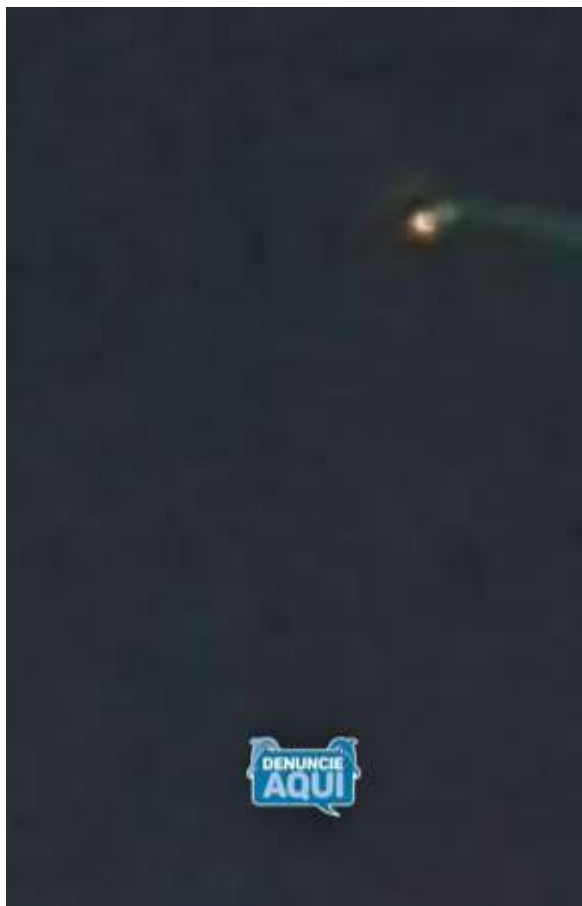


Plantão especial permite negociar dívidas pelo Refis durante feriado dos dias 9 e 10 em Caraguatatuba

Moradores e veranistas podem aproveitar o feriado prolongado da Revolução Constitucionalista de 1932 para aderir à renegociação de débitos municipais do Programa de Recuperação Fiscal (Refis – LC 152/2026 – anistia) da Prefeitura de Caraguatatuba nestas quinta e sexta-feira (9 e 10/7), das 8h às 14h, na Seção de Recuperação de Créditos Fiscais (Dívida Ativa) do Paço Municipal, no Centro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Denuncie Aqui



👁️ Mistério no céu? Suposto OVNI é registrado sobre Caraguatatuba e vídeo viraliza

Um vídeo que circula nas redes sociais tem chamado a atenção de moradores de Caraguatatuba. Dois jovens afirmam ter avistado um suposto Objeto Voador Não Identificado (OVNI) na região central da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Denuncie Aqui



 Indignado com a derrota, empresário de Caraguá doa todas as camisas da Seleção

A derrota da Seleção Brasileira provocou uma reação inusitada em Caraguatatuba.

Indignado com o resultado, um empresário da cidade decidiu pegar todo o estoque de camisas da Seleção Brasileira e colocá-lo em frente à sua loja, no bairro Travessão, para quem quisesse levar — totalmente de graça.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Rádio Web Litoral Norte

Litoral em Pauta

Ubatuba Times

Jornal Gazeta Popular



Inscrições para eleição da CIPA da Prefeitura de Caraguatatuba começam na próxima sexta-feira

As inscrições para a eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA) da Prefeitura de Caraguatatuba da Gestão 2026/2027 iniciam na próxima sexta-feira (10/7) e terminam dia 24 de julho, no site <http://cipa.caraguatatuba.sp.gov.br/>. O login e a senha de acesso para a inscrição do servidor são o número do CPF, sem pontos e/ou traços.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Rádio Web Litoral Norte
Jornal Agora Litoral Norte
Notícias das Praias
Ubatuba Times



Hackathon 2026 premia soluções inovadoras para desafios da Educação em Caraguatatuba

Caraguatatuba conheceu, na segunda-feira (6), os projetos vencedores do Hackathon IFSP 2026, maratona de inovação promovida pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Caraguatatuba, em parceria com a Prefeitura, por meio das secretarias de Educação e de Tecnologia da Informação e Inovação. A cerimônia de premiação foi realizada no campus do IFSP e marcou o encerramento de 30 horas ininterruptas de desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à educação municipal.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Tamoios News
TV Caiçara Litoral



Mutirão “Meu Pai Tem Nome” abre inscrições para reconhecimento de paternidade em Caraguatatuba

Caraguatatuba recebe, no dia 1º de agosto, mais uma edição do mutirão “Meu Pai Tem Nome”, promovido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo para ampliar o acesso ao reconhecimento de paternidade e aos direitos decorrentes da filiação.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News



Férias escolares concentram pico de ocorrências envolvendo pipas na rede elétrica

Um levantamento realizado pela EDP, concessionária responsável pela distribuição de energia no Litoral Norte (Caraguatatuba e São Sebastião), indica que o trimestre mais seco do ano (junho, julho e agosto) no sudeste, somado ao recesso escolar, é recordista em incidentes com pipas na rede elétrica. Com isso, se torna ainda mais importante reforçar o alerta para a brincadeira de forma segura.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículos

Stúdio Web Rádio do Miau

Denuncie Aqui

Fala Caraguá



Operação Caraguá Segura fiscaliza adegas durante fim de semana e apreende menores e produtos irregulares

A Operação Caraguá Segura reuniu, entre sexta-feira (3) e domingo (5), equipes da Prefeitura, Guarda Civil Municipal (GCM), polícias Militar, Civil, Ambiental, Rodoviária e Federal, Corpo de Bombeiros e Conselho Tutelar em fiscalizações realizadas em adegas dos bairros Olaria, Centro e Sumaré. As ações resultaram na apreensão de adolescentes, máquinas caça-níquel, alimentos e bebidas impróprias para consumo, além de autuações por irregularidades administrativas e sanitárias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Stúdio Web Rádio do Miao



PM prende homem por porte ilegal de arma após interceptar veículo na Rodovia Oswaldo Cruz

A Polícia Militar prendeu, na última segunda-feira (6/7), um homem por porte ilegal de arma após interceptar um veículo durante patrulhamento ostensivo na região oeste de Ubatuba, nas proximidades da Rodovia Oswaldo Cruz, no bairro Mato Dentro. Neste bairro foi registrado um duplo homicídio na noite de sábado.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagens de Hoje

07.07.2026

Reportagem no Bom Dia Vanguarda

Pauta: Justiça mantém cobrança da taxa de lixo em Caraguatatuba



Assista a reportagem completa [aqui](#)

Reportagens Passadas

06.07.2026

Reportagem no Link Vanguarda

Pauta: Caraguatatuba se prepara para 21º Festival da Tainha



Assista a reportagem completa [aqui](#).

06.07.2026

Reportagem com o presidente da federação paulista de pesca, Paulo Roberto, para a TV Câmara de Caraguatatuba.

Pauta: 5º TORNEIO DE PESCA DA VILMA REÚNE EXPERIÊNCIA, TRADIÇÃO E PAIXÃO PELO ESPORTE EM CARAGUATATUBA



Assista a reportagem completa [aqui](#).

06.07.2026

Reportagem com o gestor do PESH Núcleo de Caraguatatuba, Miguel Nema, para TV Câmara

Pauta: FESTIVAL DO CAMBUCI MOVIMENTOU O PARQUE ESTADUAL SERRA DO MAR NESTE FIM DE SEMANA



Assista a reportagem completa [aqui](#).

06.07.2026

Reportagem com a professora, Juliana Matheus Gregório Pereira, para a TV Câmara de Caraguatatuba.

Pauta: HACKATHON 2026 REUNIU ESTUDANTES DO IFSP EM MARATONA DE INOVAÇÃO EM CARAGUATATUBA



Assista a reportagem completa [aqui](#).

06.07.2026

Reportagem na TV Câmara de Caraguatatuba.

Pauta: TRIBUNAL DE JUSTIÇA NEGA PEDIDO DE LIMINAR À REVOGAÇÃO DA TAXA DO LIXO

Direta de Inconstitucionalidade Processo nº 2166608-46.2026.8.26.0000

Relator(a): **ÁLVARO TORRES JÚNIOR**

Órgão Julgador: Órgão Especial

[F]

Vistos.

1. Ação proposta pelo Prefeito do Município de Caraguatatuba visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal nº 153, de 30 de junho de 2026, de iniciativa parlamentar.

A norma impugnada prevê:

"Art. 1º Fica revogada integralmente a Lei Municipal nº. 2.815, de 10 de dezembro de 2025, que instituiu a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – TMRSU."

Art. 2º Os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos no município

Assista a reportagem completa [aqui](#).

06.07.2026

Reportagem na TV Câmara de Caraguatatuba.

Pauta: CÂMARA DE CARAGUATATUBA DIVULGA RESULTADO FINAL DE CONCURSO PÚBLICO



Assista a reportagem completa [aqui](#).

06.07.2026

Reportagem na TV Câmara de Caraguatatuba

Pauta: CARAGUATATUBA TERÁ 256 NOVAS MORADIAS DO MINHA CASA, MINHA VIDA



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

11.02.2026

Entrevista com o responsável técnico do CCZ, Guilherme Garrido, para a TV Câmara de Caraguatatuba

Pauta: PREFEITURA REALIZA NEBULIZAÇÃO CONTRA DENGUE E CHIKUNGUNYA EM RESIDÊNCIAS



Assista à reportagem completa [aqui](#).